

Sindicato elogia, pais criticam

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Distrito Federal, Aluizio Otávio Pacheco de Brito, considerou "uma medida justa" a decisão governamental de fixar entre 66,13 e 73,4 por cento os percentuais de reajuste das mensalidades escolares, que ficarão congelados por um ano. Pais e alunos discordam do sindicalista e os professores prometem lutar por uma reposição salarial a nível dos reajustes.

Para Aluizio de Brito, os novos percentuais, apesar de serem inferiores aos 89 por cento aprovados no início do ano pelo Conselho Federal de Educação, "não penalizaram nenhuma das partes envolvidas" (alunos, professores e escolas). Acrescentou que o governo "acompanhou o espírito e a filosofia do Decreto-lei 2.284, pois trabalhou com a média dos últimos seis meses".

— A escola evidentemente não poderia deixar de dar sua parcela de contribuição para esse grande esforço que todo o País vem

desenvolvendo para extinguir de uma vez por todas o flagelo da inflação — declarou.

Aluizio de Brito disse também que a média dos últimos seis meses para escolas de 1º e 2º graus do DF é de 65,9 por cento, e que o Sindicato dará uma orientação, ainda hoje, de como as escolas deverão proceder para fazer os ajustes necessários nas mensalidades. Segundo ele, já esta semana as escolas particulares enviarão circular às famílias de alunos esclarecendo-as sobre o assunto.

Para o presidente interno do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro—DF), Aurélio Anchises Ribeiro de Souza, os professores não entrarão no mérito se a medida adotada pelo governo é justa ou não. Resalvou, contudo, que os professores não aceitarão uma reposição salarial inferior ao aumento concedido às mensalidades escolares.

— Na negociação salarial de setembro passado, cometemos o erro de defender o não repasse do nosso aumento salarial aos pais

de alunos e acabamos ficando sem nada — disse.

Com um reajuste de 52,8 por cento previsto para março próximo, o sindicalista disse que a luta dos professores vai ser no sentido de que a reposição salarial seja feita na mesma margem dos aumentos das mensalidades escolares. "Queremos a diferença. Não vamos aceitar ficar com os salários congelados. A reposição salarial tem que ser a nível do aumento das mensalidades", enfatizou.

No entender da presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição, as mensalidades, a exemplo do que aconteceu com os salários, também deveriam ser congeladas. Segundo ela, "mais uma vez o Decreto-lei 2.284 mostra uma faceta que penaliza quem não devia: os assalariados".

Com três filhos estudando em escolas particulares, e com um reajuste salarial de 38,4 por cento previsto para março, Maria José disse que não sabe como vai absorver os reajustes das mensalidades.